



ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
EIXO TEMÁTICO: PROMOÇÃO SOCIAL REDE DE CUIDADOS				
Realizar diagnóstico da demanda por creches e Escolas de Educação Integral no município.	Diagnóstico de demanda de alunos para creches e escola integral, considerando a distribuição territorial do atendimento.	Curto prazo	- Nº do déficit de vagas identificadas no diagnóstico, por unidade/distrito; - % de cobertura da demanda identificada; - % de crianças atendidas.	Secretaria de Educação
Ampliar a oferta de vagas em Creches em edifícios próprios do município.	Ampliação de 10 creches instaladas em prédios próprios municipais, para atendimento da demanda identificada; Ampliação de 2 Creche ampliada por ano.	Médio prazo	- Nº do déficit de vagas em creche identificadas no diagnóstico, por unidade/distrito; - Nº de novas unidades ampliadas; - % de cobertura da demanda identificada; - % de crianças 0-3 anos atendidas.	Órgão Municipal responsável pela Política Educacional
Construir novos prédios para substituição das Creches em imóveis alugados.	Construção progressiva dos 8 imóveis alugados por prédios próprios para atendimento da demanda, considerando a distribuição territorial do atendimento; Construção de 2 unidades por ano.	Médio prazo	- Nº de novas unidades construídas por ano; - Nº de vagas em creche criadas por ano; - % de cobertura da demanda identificada; - % de crianças 0-3 anos atendidas.	Órgão Municipal responsável pela Política Educacional e pela gestão de obras públicas
Ampliar a oferta de Escolas de Educação Integral.	Pelo menos 1 escola com jornada integral implantada por período (curto, médio e longo prazo); 30% das escolas municipais com jornada integral ao final de 10 anos.	Curto / Médio / Longo prazo	- Nº de escolas com educação integral; - % de alunos em jornada integral; - Nº de turmas de tempo integral por nível; - % de cobertura territorial.	Órgão Municipal responsável pela Política Educacional e pela gestão de obras
Distribuir de forma equitativa de equipamentos comunitários nos bairros da Sede e nos distritos.	Diagnóstico da distribuição atual publicado.	Médio prazo	- Nº de equipamentos por bairro/distrito (linha de base e evolução); - % de redução do déficit de cobertura por equipamento; - Distância média ao equipamento mais próximo (m).	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas sociais de Saúde, Educação e Assistência Social
Promover cursos técnicos e profissionalizantes para a juventude.	Oferta de pelo menos 2 cursos técnicos ou profissionalizantes por ano, com vagas direcionadas a jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, distribuídos territorialmente entre a Sede e os distritos, em parceria com instituições de ensino técnico e profissional.	Médio prazo	- Nº de cursos ofertados por ano; - Nº de jovens matriculados/concluintes por ano; - % de jovens em situação de vulnerabilidade no total de matriculados; - Distribuição territorial das turmas (Sede e distritos); - Taxa de conclusão dos cursos (%); - Nº de parcerias formalizadas com instituições de ensino técnico.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas sociais de Saúde, Educação, Assistência Social e Desenvolvimento Econômico
EIXO TEMÁTICO: MORADIA DIGNA				
Remover, em caráter prioritário e emergencial, às famílias residentes em áreas classificadas com risco muito alto (R4), em estrita conformidade com o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).	120 famílias em 2 anos (curto prazo) 60 famílias reassentadas por ano, em articulação com programas de indenização e reassentamento.	Curto prazo	- Nº de famílias reassentadas por ano; - Nº de famílias ainda em áreas R4; - % de redução de famílias em risco muito alto em relação à meta de 120 famílias.	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional
Construir novas unidades habitacionais no âmbito do Programa Um Teto é Tudo.	Fase 1: Bairros Maria Soares, Santa Cruz, Vila Alegre e Distrito de Antônio Pereira. Meta de 225 unidades habitacionais construídas; 112 unidades/ano.	Curto prazo	- Nº de unidades construídas por ano; - Nº de famílias atendidas; - % de execução em relação à meta de 225 Unidades Habitacionais.	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional
Estabelecer as ações prioritárias para Regularização Fundiária.	Estabelecer as áreas prioritárias para Regularização Fundiária dos núcleos urbanos consolidados - vinculado à Lei de Reurb.	Curto prazo	- Elaboração do mapa de territórios prioritários; - Estabelecimento da matriz de prioridades; - Número de unidades a serem regularizadas por período (curto, médio e longo prazo).	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional



ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
Revisar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).	Revisão e atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) incorporando o diagnóstico atualizado do déficit habitacional, as metas de atendimento por faixa de renda, os indicadores do déficit habitacional com a periodicidade máxima de 10 anos, as áreas de risco e as diretrizes do Plano Diretor, com publicação de novo instrumento vigente.	Curto prazo (início)	- PLHIS revisado e publicado (sim/não); - Déficit habitacional atualizado por faixa de renda; - Nº de famílias em situação de risco; - Metas de atendimento definidas por prazo (curto, médio e longo); - PLHIS integrado ao Plano Diretor (sim/não).	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional
Realizar a gestão continuada das remoções em áreas de risco alto (R3) e muito alto (R4), conforme Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).	Eliminação progressiva de 100% das habitações em R4 ao final de 10 anos.	Médio / Longo prazo	- Nº acumulado de famílias reassentadas; - Nº de domicílios em R4 remanescentes; - Nº de domicílios em R3 remanescentes; - % de execução da meta total.	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional
Construir novas unidades habitacionais no âmbito do Programa Um Teto é Tudo.	Fase 2: Demais localidades. Meta de 500 unidades habitacionais construídas; 100 unidades/ano.	Médio prazo	- Nº de unidades construídas por ano; - % de execução em relação à meta de 500 Unidades Habitacionais; - Localização das Unidades Habitacionais (por bairro/ distrito).	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional
Promover a Regularização Fundiária de núcleos informais consolidados de forma plena.	Regularização dos Núcleos Urbanos identificados com processo de regularização iniciado - Fase 1: bairros Morro Santana e Piedade do Distrito Sede e em Distrito de Antônio Pereira. Meta: REURB concluída nos três núcleos.	Médio prazo	- Nº de domicílios regularizados; - Nº de títulos emitidos; - Termo de Compromisso para melhorias urbanísticas, se houver.	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional
Promover melhorias habitacionais para requalificação de moradias através de programa de reformas habitacionais.	150 unidades reformadas ao longo do plano; 50 unidades/ano.	Médio / Longo prazo	- Nº de reformas concluídas por ano; - % de execução da meta de 150 Unidades Habitacionais.	Órgão Municipal responsável pela Política Habitacional
Criar e implementar o Programa Parcela Legal.	Criação e implantação do Programa Parcela Legal, voltado ao aumento da oferta de terra regular, com oferta de assistência técnica, simplificação dos procedimentos de aprovação e emissão de documentação de regularização.	Médio prazo	- Programa criado por ato normativo (sim/não); - Nº de lotes criados por ano; - Nº de famílias de baixa renda atendidas com ATHIS; - % de redução do passivo de irregularidade fundiária; - Nº de alvarás de urbanização/ano.	Órgão Municipal responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Procuradoria Geral do Município
EIXO TEMÁTICO: MOBILIDADE MUNICIPAL				
Criar estrutura organizacional em nível de Secretaria ou órgão municipal equivalente, dedicada à gestão da mobilidade urbana.	Estrutura criada com a contratação de equipe técnica e capacitação de pessoal técnico para planejamento de transportes, engenharia de tráfego, fiscalização e TI.	Curto prazo	- Lei aprovada - Nº de profissionais contratados; - Nº de capacitações realizadas/ano; - Áreas cobertas; - Ações propostas pelos Planos executadas/ ano.	Órgão Municipal responsável pela gestão da Mobilidade Urbana
Criar o Programa Via de Mão Dupla.	Tratamento de rodovias municipais, estaduais e federais urbanas, visando a garantia da segurança viária para os usuários.	Curto prazo	- Programa instituído por ato normativo com plano de trabalho; - Nº de projetos propostos; - Nº de interseções tratadas; - Nº de dispositivos de sinalização instalados/ executados; - % de redução de sinistros.	Órgão Municipal responsável pela gestão da Mobilidade Urbana
Realizar intervenção viária e de trânsito na Av. Pedro Aleixo/BR-356 em Cachoeira do Campo.	Intervenção viária projetada e executada mobilidade ativa, pedestres, atravessamentos.	Curto prazo	- Estudo Técnico (sim/não); - % de melhora no nível de serviço da via; - Nº de sinistros antes/após; - Nº de vias compartilhadas; - Metros de calçada; - Metros de ciclovias instalada.	Órgão Municipal responsável pela gestão da Mobilidade Urbana e de obras públicas

ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
Ampliar a cobertura do transporte público coletivo.	Aumento do deslocamento por transporte público nos deslocamentos totais do município em relação ao diagnóstico base.	Curto prazo	- Km de linhas atendidas; - Nº de bairros/distritos com cobertura; - Frequência mínima de atendimento (ônibus/hora).	Órgão Municipal responsável pela gestão da Mobilidade Urbana
Realizar, a cada 5 anos, pesquisas de origem e destino e de satisfação dos usuários do transporte público coletivo.	Subsidiar a reestruturação de linhas, definição de frequências e dimensionamento da oferta.	Médio prazo	- Pesquisa realizada (sim/não); - Nº de entrevistas; - Divisão modal apurada; - Variação modal ao longo do tempo (%).	Órgão Municipal responsável pela gestão da Mobilidade Urbana
Implementação do Plano de Mobilidade Urbana de Ouro Preto (PLANMOB).	Implementação da totalidade de estratégias operacionais do PLANMOB na vigência do Plano.	Curto / Médio / Longo prazo	- % de ações do PLANMOB implementadas; - Nº de ações em execução; - Investimento anual em mobilidade (R\$).	Órgão Municipal responsável pela gestão da Mobilidade Urbana
EIXO TEMÁTICO: RESILIÊNCIA URBANA E AMBIENTAL				
Gestão Ambiental				
Elaborar o Diagnóstico Socioambiental das áreas de preservação ambiental urbanas com ocupação consolidada.	Elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas de APP urbana com ocupação consolidada, setorização das áreas considerando as especificidades e estabelecimento de diretrizes específicas para cada setor.	Curto prazo	- Nº de setores identificados através do diagnóstico; - Legislação municipal que regulamenta o uso do solo na área; - Listagem das diretrizes específicas por setor.	Órgão responsável pela política de Meio Ambiente
Elaborar o Plano Municipal de Arborização.	Elaboração do Plano Municipal de Arborização contemplando o Mapeamento quantitativo e qualitativo das árvores/espécies existentes; Definição de espécies adequadas para o ambiente urbano; Definição de áreas prioritárias para o plantio de árvores, compatibilizado com a política de desenvolvimento urbano/ mobilidade urbana; Estabelecimento de Diretrizes para poda, controle de pragas e supressão; estratégias de Participação Social.	Médio prazo	- Diagnóstico quantitativo e qualitativo das árvores/espécies existentes; - Áreas do município mais deficitárias de arborização; - Definição dos tipos de espécies; - Manuais de poda, controle de pragas e supressão disponibilizados; - Plano de Ação e número de espécies a serem plantadas por ano.	Órgão responsável pela política de Meio Ambiente
Regulamentar e implementar nas áreas rurais do município o programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).	Elaborar o diagnóstico das áreas prestadoras de serviços ambientais, visando a regulamentação de critérios de elegibilidade, serviços remuneráveis, valores, fontes de financiamento; instituir o sistema de monitoramento dos serviços ambientais; promover a capacitação dos beneficiários em boas práticas agropecuárias, restauração ecológica e regularização ambiental.	Médio prazo	- Mapa e relatório diagnóstico publicado; - Lei de regulamentação aprovada de PSA; - Protocolo de monitoramento publicado (sim/não); - Nº de beneficiários capacitados; - Avaliação do programa contemplando cobertura vegetal, pagamentos realizados, beneficiários ativos.	Órgão responsável pela política de Meio Ambiente
Implantar Parque Linear em Cachoeira do Campo como instrumento de recuperação ambiental, amortecimento de cheias e lazer comunitário.	Parque Linear implantado com recuperação de APP, intervenções de saneamento e infraestrutura de uso público.	Longo prazo	- Extensão da área de APP recuperada (ha); - Instalação de interceptores; - Extensão de pista de caminhada/ciclovias (m); - Número de espécies arbóreas plantadas.	Órgão responsável pela política de Meio Ambiente
Risco Climático				
Atualizar periodicamente o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR).	Atualização do Diagnóstico Técnico e atualização do Plano.	Curto prazo	- Nº de setores de risco revistos; - Atualização da classificação de risco.	Órgão Municipal responsável pela Defesa Civil



ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
Elaborar estudos técnicos e projetos de engenharia para soluções de macrodrenagem na bacia do Maracujá, entre Cachoeira do Campo e Amarantina.	Elaboração de Estudos Técnicos e Projeto executivo.	Curto prazo	- 1 ano após a aprovação do Plano: Elaboração dos Estudos Técnicos (sim/não); - 2 anos após a aprovação do Plano: Elaboração de Projeto Executivo (sim/não).	Órgão responsável pelas obras públicas
Elaborar o Plano Municipal de Circulação e Contingência Viária, com a definição de protocolos para fechamento, desvio, monitoramento e comunicação em situações de risco, obras ou eventos.	Plano elaborado, aprovado e publicado.	Curto prazo	- Plano publicado (sim/não); - N° de ativações do protocolo por ano; - Tempo médio de resposta a emergências viárias (min).	Órgão Municipal responsável pela gestão da Mobilidade Urbana e órgão responsável pela Defesa Civil
Executar obras e serviços de microdrenagem e manejo de águas pluviais nas seguintes vias coletoras: XV de Agosto e Maciel.	100% das intervenções de drenagem projetadas executadas nestas vias.	Curto prazo	- % de vias coletoras com intervenções de drenagem concluídas; - Km de sarjeta/galeria executados.	Órgão responsável pelas obras públicas
Elaborar Estudos Técnicos e executar solução de macrodrenagem entre Santo Antônio do Leite e Amarantina.	Implantação da Solução e execução da Obra.	Médio prazo	- Solução Implantada (sim/não); - Volume retido em eventos críticos (m³).	Órgão responsável pelas obras públicas
Executar obras e intervenções de microdrenagem nas seguintes vias: Avenida Juscelino Kubitschek, ruas Simão Lacerda, Américo Renné Gianetti, Padre Rolim, Dom Helvécio, Salatiel Torres, Alvarenga.	Intervenções de drenagem executadas em 100% das vias listadas.	Médio prazo	- % de vias com intervenção concluída; - N° de pontos críticos de alagamento eliminados.	Órgão responsável pelas obras públicas e saneamento
Executar obras e intervenções de macrodrenagem na bacia do Maracujá, entre Cachoeira do Campo e Amarantina.	Implantação da Solução e execução da Obra.	Médio prazo	- 3 anos após a aprovação do Plano: Aprovação dos Projetos junto aos órgãos competentes; - 5 anos após a aprovação do Plano: Solução Implantada (sim/não); - volume de amortecimento (m³); - % ocorrências de alagamento antes e após a obra.	Órgão responsável pelas obras públicas
Estruturar o Centro Estratégico de Defesa Civil e implementar programas permanentes de monitoramento, ações preventivas, capacitação e educação comunitária.	Centro criado e operacional com equipe mínima; Pelo menos 1 programa preventivo em execução ao final do curto prazo.	Médio prazo	- Centro criado (sim/não); - N° de programas preventivos ativos; - N° de comunidades alcançadas por ações preventivas/ano; - Tempo médio de resposta a eventos (h).	Órgão Municipal responsável pela Defesa Civil
Elaborar o Plano Municipal de Ação Climática.	Elaborar o Plano Municipal de Ação Climática, com definição de metas e indicadores para a mitigação e adaptação aos riscos climáticos	Médio prazo	- Relatório de inventário de GEE publicado; - Documento técnico do PMAC; - Decreto/Lei + Regimento do Comitê; - Relatórios de implementação por ação.	Órgão responsável pela política de Meio Ambiente
Elaborar Estudos Técnicos e executar solução de macrodrenagem da bacia do Maracujá a montante de Cachoeira do Campo.	Implantação da Solução e execução da Obra.	Longo prazo	- Solução Implantada (sim/não); - Redução de pico de vazão (%).	Órgão responsável pelas obras públicas
Executar solução de macrodrenagem para Santa Rita de Ouro Preto.	Projeto executivo elaborado e obra iniciada.	Longo prazo	- Projeto aprovado (sim/não); - % de execução da obra; - Área beneficiada.	Órgão responsável pelas obras públicas



ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
Saneamento Básico				
Instituir o Programa Municipal de Saneamento.	Programa Municipal de Saneamento Básico estruturado e publicado, integrado ao Marco Legal do Saneamento Básico, com metas anuais de universalização do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos para o período de vigência do Plano.	Curto prazo	- Programa publicado com metas anuais (sim/não); - % de domicílios com abastecimento de água; - % de domicílios com coleta de esgoto; - % de esgoto tratado em relação ao coletado; - Investimento anual em saneamento (R\$).	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas do meio ambiente, saneamento e obras públicas
Executar obras de separação da rede mista nas seguintes vias: Rua XV de Agosto e Rua Maciel (Sede).	100% das extensões nestas vias com rede separada implantada.	Curto prazo	- % de extensão de rede mista separada; - N° de ligações de esgoto migradas para rede separadora.	Órgão responsável pelas obras públicas
Digitalização dos bancos de dados da infraestrutura de saneamento existentes do município para o IDE-OP.	Inserção das informações sobre infraestrutura urbana existentes no município (saneamento), com vetorização dos dados.	Curto prazo	- % de digitalização dos dados acerca de infraestrutura urbana do CDI/Secretaria de Obras; - N° de camadas inseridas no WeBGis Ouro Preto.	Órgão responsável pela gestão do IDE-Ouro Preto)
Expandir a rede de coleta e o sistema de tratamento de esgoto em todo o território municipal, em estrita observância às metas e prazos do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.	Instalação de interceptores/ estações elevatórias em 100% dos domicílios.	Curto prazo	- Meta anual estabelecida e publicada; - % de domicílios com coleta de esgoto; - % de extensão de rede implantada por ano (km).	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas do meio ambiente e saneamento
Executar obras de separação da rede mista nas seguintes vias: Avenida Juscelino Kubitschek, ruas Simão Lacerda, Américo Renné Gianetti, Padre Rolim, Dom Helvécio, Salatiel Torres, Alvarenga.	Eliminação progressiva das redes mistas no território urbano nas vias identificadas no diagnóstico.	Médio prazo	- Definição e publicação da meta anual; - % do total de redes mistas ainda existentes; - Km de rede separada implantada por ano.	Órgão responsável pelas obras públicas
Expandir a rede de coleta e o sistema de tratamento de esgoto em todo o território municipal, em estrita observância às metas e prazos do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.	Construção de Estações de Tratamento de Esgoto.	Médio prazo	- Meta anual estabelecida e publicada; - % de domicílios com tratamento de esgoto.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas do meio ambiente e saneamento
Elaborar o Plano Municipal de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.	Plano Municipal de Drenagem Urbana elaborado, aprovado e publicado, com diagnóstico e mapeamento da rede existente, identificação de pontos críticos de alagamento e definição diretrizes, metas e cronogramas de execução.	Médio prazo	- Plano elaborado e publicado (sim/não); - Mapeamento da rede existente; - N° de pontos críticos de alagamento mapeados; - N° de intervenções prioritárias definidas; - % das bacias hidrográficas urbanas contempladas no Plano; - Plano integrado ao PlanMob e ao PMRR (sim/não).	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas do meio ambiente, saneamento e obras públicas
Resíduos Sólidos				
Elaborar e implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) elaborado ou atualizado, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo as metas, programas e ações para o manejo sustentável de resíduos e rejeitos, de redução na geração, ampliação da coleta seletiva, aproveitamento de recicláveis e disposição final ambientalmente adequada.	Curto prazo	- PGIRS elaborado/atualizado e publicado (sim/não); - % de resíduos sólidos urbanos com destinação adequada; - % de domicílios atendidos por coleta seletiva; - Toneladas de recicláveis desviadas de aterro/ano; - N° de cooperativas/associações de catadores apoiadas; - % de redução de resíduos enviados ao aterro sanitário.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas do meio ambiente e saneamento



ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
EIXO TEMÁTICO: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL				
Regulamentar o inventário do patrimônio cultural do município, com definição de procedimentos para identificação, registro e atualização periódica dos bens cadastrados.	Estabelecimento de critérios, elementos técnicos e documentais necessários ao licenciamento de usos e intervenções.	Curto prazo	- Lei ou decreto publicado (sim/não); - Nº de bens culturais inventariados; - % de bens com ficha técnica completa publicizados e incluídos no IDE-OP.	Órgão responsável pela Gestão do Patrimônio Cultural
Ampliar a valorização da cultura e memória afrodescendentes e dos povos originários.	Pesquisa histórica das referências culturais dos afrodescendentes e dos povos originários.	Médio prazo	- Pesquisa histórica concluída e publicada (sim/não); - Nº de referências culturais mapeadas; - Nº de ações de educação patrimonial realizadas/ano; - Nº de parceiros institucionais envolvidos; - Nº de publicações ou materiais produzidos.	Órgão responsável pela Gestão do Patrimônio Cultural
Ampliar a área com cabeamento subterrâneo no perímetro tombado.	Nas vias arteriais inseridas no perímetro de tombamento municipal, visando principalmente à acessibilidade, remoção dos postes das calçadas.	Médio / Longo prazo	- Km de vias com cabeamento subterrâneo implantado; - Nº de postes removidos das calçadas; - Nº de luminárias instaladas nas edificações; - % de vias arteriais do perímetro tombado com infraestrutura subterrânea.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de Patrimônio Cultural e gestão da Mobilidade Urbana
Promover ações de reconhecimento e valorização do patrimônio arqueológico.	Estabelecer parcerias institucionais para prospecção, mapeamento e monitoramento de galerias subterrâneas de minas desativadas, identificando áreas de risco e prevenindo acidentes geológicos; Implantar programa contínuo de educação patrimonial nas escolas municipais; Consolidar protocolo de compartilhamento de relatórios técnicos entre os órgãos públicos acerca de obras que envolvam revolvimento de solo no perímetro tombado; Fortalecer a participação comunitária no planejamento e gestão do MNMA Morro da Queimada.	Médio / Longo prazo	- Nº de parcerias institucionais formalizadas; - Nº de galerias subterrâneas mapeadas e monitoradas; - Nº de escolas atendidas pelo programa de educação patrimonial/ano; - Protocolo de compartilhamento de relatórios técnicos implantado (sim/não); - Nº de reuniões de participação comunitária realizadas/ano no MNMA; - Relatórios técnicos compartilhados com Saneamento e Iphan (nº/ano).	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de Patrimônio Cultural, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Elaborar de estudo técnico arqueológico e histórico das Ruínas do Antigo Jardim Horto Botânico.	Elaboração de estudo técnico arqueológico e histórico das Ruínas do Antigo Jardim Horto Botânico, com definição de diretrizes para preservação, consolidação estrutural e eventual fruição pública do sítio, garantindo sua proteção como bem de interesse arqueológico e ambiental.	Longo prazo	- Estudo técnico arqueológico e histórico concluído (sim/não); - Tombamento ou registro do bem formalizado (sim/não); - Plano de conservação e uso aprovado (sim/não); - Nº de intervenções de consolidação estrutural realizadas; - Sítio com acesso público regulamentado (sim/não).	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de Patrimônio Cultural e Meio Ambiente
EIXO TEMÁTICO: ESPAÇOS DE BEM VIVER				
Criar e regulamentar o Programa Espaços de Bem Viver.	Programa criado por decreto/lei no primeiro ano de vigência do Plano Diretor, com critérios de elegibilidade, priorização e monitoramento definidos, integrando ações de microbolidade urbana, integração com o Plano de Arborização Urbana e requalificação/criação de espaços públicos.	Curto prazo	- Programa criado (sim/não); - Critérios de equidade publicados (sim/não); - Relatório anual de execução elaborado (sim/não).	Órgão responsável pela política de Desenvolvimento Urbano



ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
Realizar a qualificação ou criar praças e espaços públicos com critérios de equidade de distribuição espacial e qualitativa.	Realizar a qualificação ou criação de 2 praças/ espaços públicos por ano com base em indicadores de equidade espacial e qualitativa, priorizando o atendimento a bairros e distritos com maior déficit de áreas de lazer/ espaços livres de uso público; Concluindo ao total 20 espaços em 10 anos.	Curto (início) / Médio / Longo prazo	- Nº de espaços qualificados por ano; - % de bairros/distritos atendidos pelo programa; - Área de espaço público qualificado por habitante (m²/hab).	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Obras públicas
Realizar diagnósticos e monitoramento contínuo dos espaços públicos existentes e qualificados.	Realizar diagnóstico e monitoramento contínuo das condições de conservação, acessibilidade e uso dos espaços públicos, integrando os dados ao cadastro territorial do município; Diagnóstico completo elaborado no curto prazo; monitoramento bienal a partir do médio prazo.	Médio prazo	- Nº de espaços monitorados; - % de espaços com manutenção em dia; - % de execução das recomendações do diagnóstico; - Nº de solicitações por espaço/ano.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Obras públicas
EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Realizar o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM).	CTM implantado com cobertura de 100% de cadastro municipal.	Curto prazo	- % de imóveis cadastrados; - Nº de atualizações cadastrais/ano; - % de redução de inconsistências em tributos e regularização.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento econômico
Elaborar diagnóstico da distribuição de energia elétrica em todos os distritos.	Elaborar o diagnóstico da distribuição de energia elétrica visando a subsidiar planos de expansão, modernização e regularização do fornecimento para o setor produtivo, com disponibilização dos dados para consulta pública de todos os Distritos.	Curto prazo	- Diagnóstico publicado (sim/não); - Nº de distritos mapeados; - Nº de deficiências identificadas por categoria; - Ações junto à concessionária.	Órgão responsável pelas obras públicas
Instituir o Grupo de Trabalho para monitorar o licenciamento, arrecadação e distribuição de recursos decorrentes da atividade minerária no município.	Estrutura criada com equipe técnica, procedimentos e fluxos definidos em ato normativo.	Curto / Médio prazo	- Estrutura criada (sim/não); - Nº de processos de licenciamento analisados/ano; - Publicização dos dados.	Órgão Municipal do Grupo de Trabalho de Mineração
Pesquisar e analisar as cadeias produtivas locais e de municípios vizinhos para identificar a métodos de atração de investimentos e a concessão de incentivos fiscais estratégicos.	Estudo concluído, validado com os produtores locais e publicado.	Médio prazo	- Estudo publicado (sim/não); - Nº de cadeias produtivas mapeadas; - Nº de recomendações implementadas/ano.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de Desenvolvimento Econômico e Agropecuária
Criar um Centro de Logística de Abastecimento e Distribuição Alimentícia.	Criar o Centro de Logística de Abastecimento e Distribuição Alimentícia, visando a centralizar o recebimento, o controle de qualidade e o escoamento da produção agrícola municipal.	Médio prazo	- Centro implantado (sim/não); - Volume de alimentos movimentados (ton/mês); - Nº de produtores usuários; - % de redução do custo logístico dos produtores locais; - Indicadores econômicos.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de Desenvolvimento Econômico e Agropecuária
Realizar articulação institucional junto à concessionária para melhorias na distribuição de energia elétrica nos distritos.	Articular junto à concessionária de serviços públicos a melhoria e a expansão da rede de distribuição de energia elétrica nos distritos, visando a atender às demandas do setor produtivo local, com a formalização de protocolo de cooperação.	Médio prazo	- Protocolo de cooperação formalizado (sim/não); - Nº de distritos com melhorias executadas; - % de redução de interrupções de fornecimento.	Órgão responsável pelas obras públicas



ANEXO V - QUADRO DE ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DO PLANO DIRETOR

Ação / Intervenção	Meta	Prazo	Indicador de Monitoramento	Responsável
Instalar, de forma gradativa, sistemas de geração de energia solar fotovoltaica nas edificações públicas municipais, priorizando equipamentos de saúde, educação, assistência social.	Realizar em 20 equipamentos com geração solar com prioridade para UBS, escolas, unidades da rede de proteção social, visando à eficiência energética e à redução de custos operacionais; Sendo 2 equipamentos públicos por ano.	Médio (início) / Longo prazo	- Nº de equipamentos com geração solar instalados por ano; - Potência instalada; - Energia gerada; - % de redução de custos de energia nos equipamentos beneficiados.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento da saúde, educação, assistência social e obras
Regulamentar e implantar o Sistema Municipal de Eventos.	Estruturar o Sistema Municipal de Eventos com a definição do funcionamento e atores envolvidos, assim como implantar seu funcionamento.	Médio prazo	- Sistema criado (sim/não); - Articulação entre planos de circulação e estacionamentos; - Número de eventos realizados; - Público alcançado; - Movimentação econômica e empregabilidade.	Órgãos responsáveis pelas políticas de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Implantar ferramentas para automatização dos processos de licenciamento urbanístico (Informação Básica, Certidão Numérica, Declaração de Zoneamento).	Sistema digital de licenciamento implantado com 100% dos processos migrados para plataforma eletrônica.	Médio prazo	- % de processos tramitados eletronicamente; - Tempo médio de resposta ao requerente (dias); - Nº de requerimentos por tipo/ano.	Órgão responsável pelo Desenvolvimento Urbano e Sistema de Informações municipal
Criar áreas de estacionamentos públicos e realizar a regulamentação de privados.	Pelo menos 1 área de estacionamento público criada por localidade, sendo prioritariamente nos distritos Sede, São Bartolomeu e Lavras Novas. Regulamentação dos privados aprovada.	Médio prazo	- Nº de vagas públicas criadas por distrito; - Legislação de regulação aprovada (sim/não); - Nº de estacionamentos privados regularizados.	Órgãos Municipais responsáveis pelas políticas de trânsito e de Gestão da Mobilidade

CONSULTA